

Termo de Referência 35/2025

Informações Básicas

| | | | |
|--------------------|---|--|--------------------------|
| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
| 35/2025 | 153033-UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO | ROBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA FREITAS FILHO | 01/08/2025 17:28 (v 8.0) |
| Status | ASSINADO | | |

Outras informações

| | | |
|--|-----------------------|-------------------------|
| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra | 101/2025 | 23091.004202/2025-17 |

1. Condições gerais da contratação

1.1 Contratação de empresa prestadora de serviços para medição de agentes insalubres (agentes químicos) nas dependências da Universidade. Os agentes insalubres mencionados são: ácido acético, ácido clorídrico, ácido crômico, ácido fluorídrico, acetonitrila, álcool metílico, clorofórmio, fenol, formaldeído e sulfato de mercúrio. Outros agentes químicos podem ser incluídos, por motivo de necessidade ou obrigatoriedade, conforme demanda.

| Ítem | Descrição | | | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|----------|---|--------------|------|--|-------------------------|----------------------|
| 1 | Contratação de empresa prestadora de serviços para medição de agentes insalubres (agentes químicos) nas dependências da Universidade. | | | 1 | R\$ 57.887,65 | R\$ 57.887,65 |
| Tabela 1 | | | | | | |
| SUBÍTEM | CATMAT /CATSER | UNID. MEDIDA | QTD. | ESPECIFICAÇÃO | VALOR UNITÁRIO ESTIMADO | VALOR TOTAL ESTIMADO |
| 1 | 876 | unid | 1 | Avaliação quantitativa para ácido acético | R\$ 763,33 | R\$ 763,33 |
| 2 | 876 | unid | 1 | Branco de campo para avaliação quantitativa de ácido acético | R\$ 696,67 | R\$ 696,67 |
| 3 | 876 | unid | 24 | Avaliação quantitativa para ácido clorídrico | R\$ 750,00 | R\$ 18.000,00 |
| 4 | 876 | unid | 4 | Branco de campo para avaliação quantitativa de ácido clorídrico | R\$ 690,00 | R\$ 2.760,00 |
| 5 | 876 | unid | 4 | Avaliação quantitativa para ácido fluorídrico | R\$ 785,00 | R\$ 3.140,00 |
| 6 | 876 | unid | 1 | Branco de campo para avaliação quantitativa de ácido fluorídrico | R\$ 740,00 | R\$ 740,00 |
| 7 | 876 | unid | 3 | Avaliação quantitativa para acetonitrila | R\$ 790,00 | R\$ 2.370,00 |
| | | | | | | |

| | | | | | | |
|----|-----|------|----|---|------------|---------------|
| 8 | 876 | unid | 1 | Branco de campo para avaliação quantitativa de acetonitrila | R\$ 766,00 | R\$ 766,00 |
| 9 | 876 | unid | 10 | Avaliação quantitativa para álcool metílico | R\$ 713,33 | R\$ 7.133,33 |
| 10 | 876 | unid | 2 | Branco de campo para avaliação quantitativa de álcool metílico | R\$ 698,33 | R\$ 1.396,66 |
| 11 | 876 | unid | 5 | Avaliação quantitativa para clorofórmio | R\$ 691,66 | R\$ 3.458,33 |
| 12 | 876 | unid | 1 | Branco de campo para avaliação quantitativa de clorofórmio | R\$ 680,00 | R\$ 680,00 |
| 13 | 876 | unid | 3 | Avaliação quantitativa para fenol | R\$ 735,00 | R\$ 2.205,00 |
| 14 | 876 | unid | 1 | Branco de campo para avaliação quantitativa de fenol | R\$ 705,00 | R\$ 705,00 |
| 15 | 876 | unid | 15 | Avaliação quantitativa para formaldeído (formol) | R\$ 770,00 | R\$ 11.550,00 |
| 16 | 876 | unid | 2 | Branco de campo para avaliação quantitativa de formaldeído (formol) | R\$ 761,66 | R\$ 1.523,33 |

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da emissão do empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. Para composição do item 1, a empresa licitante deverá compor os valores da Tabela 01 e apresentar proposta de preço de acordo com o anexo II do aviso de contratação.

1.3.1. Para efeito da contratação será observado os valores unitários constantes na Tabela 01 apresentado na proposta de preço.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2025], conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: [24529265000140-0-000001/2025];

II) Data de publicação no PNCP: [15/05/2024];

III) Id do item no PCA: [121];

IV) Classe/Grupo: [835 - SERVIÇOS CIENTÍFICOS E OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS]; e

V) Identificador da Futura Contratação: [153033-101/2025].

3. Descrição da solução como um todo

3.1. O Setor de Segurança do Trabalho, vinculado à Divisão de Atenção à Saúde do Servidor da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, é responsável pela identificação dos agentes de risco ambientais nos diversos ambientes laborais da Ufersa, bem como pela elaboração de laudos técnicos para concessão de adicionais ocupacionais, Perfis Profissiográficos Previdenciários (PPP) e demais atividades relacionadas à segurança do trabalho dos servidores.

3.2. Avaliação quantitativa dos agentes químicos nocivos à saúde dos servidores expostos a estes, nos diversos ambientes da Universidade onde os servidores desenvolvem suas atividades laborais. A caracterização dos ambientes de trabalho é fundamental nas ações de prevenção e mitigação dos riscos nestes locais, sendo base para tomadas de decisões no que se refere à implantação de medidas administrativas, disponibilização de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e Equipamentos de Proteção Individual (EPI), medidas necessárias para proteção dos servidores expostos. De acordo com os estabelecidos pela Portaria 3214/78 do MTE, mais precisamente na Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15); INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGG/ME nº15, de 16 de março de 2022, e referência na ACGIH (American Conference of Governmental Industrial Hygienists) as avaliações quantitativas são utilizadas para embasamento técnico nos processos de avaliação dos adicionais de insalubridade requeridos pelos servidores (docentes e técnicos), bem como para compor documentações necessárias à aposentadoria especial, além de subsidiar ações de caráter preventivo e corretivo no tocante à segurança e saúde dos servidores.

3.3. Emissão de documentação técnica legalmente instituída com a finalidade de subsidiar e/ou complementar laudos técnicos de concessão de insalubridade individuais em vigência dos servidores.

3.4. De acordo com a NR-15, norma que regulamenta as situações de insalubridade, bem como a INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGG/ME nº15, de 16 de março de 2022 (Regulamentação de concessão de adicionais de insalubridade/periculosidade/substâncias radioativas no RJU) que referencia a própria NR-15, define que a conclusão dos processos de concessão de adicionais de insalubridade devem estar embasados em laudos que indiquem a avaliação quantitativa dos agentes químicos definidos na legislação vigente.

3.5 Os objetivos gerais da contratação são a proteção dos servidores dos possíveis riscos que comprometam a sua segurança e saúde nos ambientes de trabalho, evitando o acometimento de doenças ocupacionais, e a verificação da situação dos laudos de insalubridade de cada servidor com relação à possível revisão dos mesmos, de acordo com as medições realizadas pela empresa contratada, evitando possíveis ações judiciais futuramente.

3.6. A demanda é fundamentada na quantidade de servidores expostos a agentes químicos insalubres previstos na legislação vigente, identificados através da avaliação técnica ambiental e das respectivas portarias de localização dos servidores.

3.7. Importante explicar que o adicional de insalubridade é devido ao servidor quando, no ambiente laboral, existir exposição permanente ou habitual (50% ou mais da carga horária semanal/mensal) a agentes quantitativos químicos e/ou físicos acima dos limites de tolerância, mensurados nos termos e critérios da NR-15. A referida mensuração dos agentes químicos requer a utilização de materiais e equipamentos apropriados (bomba gravimétrica, cassetes de cada produto ou grupo de produtos, entre outros) que a Ufersa não possui disponibilidade, além de locais apropriados para medição dos agentes e acondicionamento destes materiais, contratação de laboratório especializado para a geração de relatórios das respectivas medições, limitação de servidores da PROGEPE/DASS/SST (02 servidores) responsáveis pelas medições, bem como o treinamento e capacitação dos mesmos para realização dos serviços objetos da contratação.

4. Requisitos da contratação

4.1. Devido à necessidade de realização de medição quantitativa dos agentes químicos insalubres nos locais de trabalho dos servidores, bem como a indisponibilidade dos equipamentos necessários para efetivação das medições na Ufersa, é requerida a contratação de empresa especializada para efetuar os serviços propostos.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. A execução do objeto seguirá a dinâmica programada para o evento.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. A Gestão do contrato seguirá a dinâmica programada para o evento.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto será feita pelo atesto, por parte dos participantes no evento, da nota fiscal, boleto ou recibo após a conclusão do evento.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Liquidação

7.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.3. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.4. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.4.1. o prazo de validade;

7.4.2. a data da emissão;

7.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.4.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.4.5. o valor a pagar; e

7.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.7. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.12. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.13. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

Forma de pagamento

7.14. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.16.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação,

por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso I da Lei nº 14.133 /2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do objeto será de Empreitada por Preço Global.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas

Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação, ou de sociedade simples;

8.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Qualificação Técnica

8.25. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.25.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

8.25.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 6 (seis) meses do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

8.25.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

8.25.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.25.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.25.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.26. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 57.887,65

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 57.887,65 (cinquenta e sete mil, oitocentos e oitenta e sete reais e sessenta e cinco centavos)**

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.2.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: [15252/153033];

II) Fonte de Recursos: [1000];

III) Programa de Trabalho: [12.364.5013.20RK.0024];

IV) Elemento de Despesa: [339039.00]; e

V) Plano Interno: [229708].

10. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA FREITAS FILHO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 01/08/2025 às 17:28:08.

JOCIGLEUSON ALVES DE OLIVEIRA

Autoridade competente